

**Notas
e-videntes
para o fim
de um
mundo**

Ali do Espírito Santo

SABÁ EDIÇÕES

Com carinho às amigas
Iara Gris, Leonor Silvestri
e Fiammetta Bonfigli

Porto Alegre, final de 2017

e-vidência

O mau agouro é a magia do presságio. Dessa força obtém-se um tipo de intuição para aquilo que pode não dar certo, gorfar, ou vacilar em vias de realizar-se. Há uma potência excedente ao sentir aquilo que não poderá elevar o corpo a estágios outros, aquilo ou coisa que pode evitar o corpo de sair do lugar. Saber do mau agouro de alguma coisa, fluxo, corpo, rio, pedra ou samambaia é saber da matéria vibrante da coisa com a qual me deparo. O agouro é pré operatório, sensação aguçada. Em política evita quedas fatais.

O quebranto por sua vez, vem daquele corpo ou organismo mórbido, ressentido, próprio de narcisos mal resolvidos e ansiosos por reconhecimento. Sua força é tão forte que pode paralisar multidões, desviando estradas há tempos calcificadas. É um feitiço sobre qualquer vibração demoníaca. Pois o quebranto *quer tudo ordenado*, é uma força de Teseu, aquele que prometeu a liberdade mas que nunca a proverá. Os fluxos abjetos enquanto forças desestabilizadoras do humano, estão sob a lógica do quebranto. A vontade de poder e um lugar seguro (porém não potente, pois potente é aquilo que podemos decidir sobre e não aquilo nos impõe) encontra no atual estágio do capitalismo e nas Instituições Desejantes seu apoio total. Haverá sempre um lugar para ser ocupado, sendo essa a estratégia da guerra em curso.

E-videnciar trata-se de uma densa *análise* de fluxos que deseja inflamar as partículas da trama cosmopolítica rumo a implosões necessários. É gorar o lugar da estabilidade proporcionado pela *boa crítica* política que sempre resultará em uma positiva aliança com as linhas cognitivas do mundo, as quais sugam as forças estritamente ameaçadoras, dando a continuidade e permanência da bondade silenciosa. *E-videnciar* leva adiante a intuição de Fanon de saída da linguagem como processo ampliado de fuga (silenciosamente na escuridão) do cemitério do Entendimento.

Sobre o abandono das palavras quebrantadas

No início dos anos 90, *queer* foi entendido como um campo de pesquisa no país. Trazido por professores com forte ligação ao *Cultural Studies* (Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro, são apenas alguns dos muitos exemplos de nomes que compuseram esse momento) e com olhos voltados para as reviravoltas na crítica norte-americana, a qual cada vez mais se distanciava das antigas concepções de um tipo de mundo erguido pela Escola de Frankfurt. Queer, (a teoria), foi a *new age* promissora de novos tempos. Prometia por exemplo, tirar a academia brasileira, especificamente alguns cursos, da mesmice e da carece que a

mesma se encontrava.

No entanto, há um “erro de tradução cultural” que intuo ter mudado os rumos do projeto *queer* nacional. *Queer Theory* e Teoria Queer são coisas completamente distintas. A primeira, em inglês, estimula uma certa radicalidade existencial, contida na própria cosmologia da palavra em seu contexto. A tentativa de tradução para o português da segunda, coloca a existência de corpos abjetos, desviantes e anormais, como objeto de análise. Afinal, seria uma “teoria” e não uma prática (dicotomia necessária em tempos em que “*pós modernidade*” é sinônimo para diluição de conflitos iminentes, e a continuidade de posições arcaicas, como a de pesquisador e objeto como coisas separadas em poder afectivo, portanto relacional). Logo, dizer uma coisa aqui não significa dizer o mesmo “lá”.

Toda tradução implica uma violação do texto que se julga corresponder, e isso não é necessariamente algo ruim, pois a circulação de perspectivas agrega tensões. Mas não é a circulação ou o movimento de ideias que fode com tudo, e sim a pretensa universalidade que muitas vezes está imbricada junto ao ato de traduzir.

Mas além da hipótese do problema tradutório, há uma outra questão. O *queer* no Brasil está pretensiosamente localizado ao *status quo* acadêmico, e com isso obviamente, quem se aventurou inicialmente em tornar a teoria *queer* algo possível em terras tropicais, foram pesquisadores e pesquisadoras oriundos das classes altas, portanto mais próximas da

academia como um dispositivo de formulação epistemológica e de possibilidades de pesquisa. Esse tipo de crítica nos dias de hoje soa comum, visto que no penúltimo encontro *Desfazendo o Gênero*, Judith Butler foi questionada sobre sua posição de pesquisadora pela prostituta e travesti Indianara Siqueira¹, por sua posição privilegiada e inerte no que se refere a transgressão do gênero na “prática”. Para muitos, pode soar caduca a diferenciação entre teoria e prática a essa altura, mas acredito ser estratégico pensá-la quando há uma produção subjetiva daquilo que sou ou posso tornar-me, mesmo que provisoriamente, vir diretamente de uma Instituição.

A etnografia ainda pesa!

Mas no início dos anos 90 as coisas eram bem diferentes, e apesar dessa explícita localização “de classe”, e seus óbvios adendos raciais e subjetivos, a teoria *queer* soava menos presunçosa, menos *cool*, e não era vista com bons olhos—talvez mais radical e impura.

No entanto, nos finais dos anos 2000 a retina *queer* acadêmica viciou-se em sua posição de prótese analítica de estéticas da existência. Um Foucault/Deleuze revestido de glitter, que nunca conseguiu potencializar o peso e o risco da vida marginal para além de sua fria posição de objeto de pesquisa. E ainda, atormentada por um fantasma psicanalítico, fez um limpo trabalho de restauração social de toda e

1 Encontro Desfazendo o gênero na Bahia, Brasil. 2015

qualquer singularidade que tocou com os seus *olhos queer de Medusa*. A lógica bolada pela positividade *queer* acadêmica compreendeu primeiro que existia um sujeito da dissidência sexual a ser localizado, e segundo, que o mesmo precisaria ser incluso na sociedade, sendo a identidade e as políticas de reconhecimento as *forças de atração* para tal operação. A segunda distinção que poderia resultar na condenação moral do que escrevo, é que a retina *queer* acadêmica nunca chegou a ser política de fato, com seus *lattes*, disputas de capital simbólico e um movimento que empilhou quase todo tipo de enunciado social-democrata para “dentro” de um conceito, que mesmo sendo múltiplo em si, nunca foi pacífico.

Essas *forças de positividade* tornaram-se mais sedutoras nos últimos anos, tanto aqui como nos países privilegiados, devido ao fato que a universidade foi edificada como único espaço possível para transgressão existir. O único espaço inclusive, possível de se lutar por uma vida menos subalternizada. Aquilo que não era *queer*, *tornou-se*, e o que se comeu nos programas de pós-graduação, cagou-se nos vasos do progressismo, diminuindo assim as potências monstruosas daquilo que um dia soou uma ameaça radical e violenta a heteronormatividade (ao mundo supremacista do desejo pela forma cisgênera). Atualmente, as *forças de imaginação* convocadas até então, dormem o sono da visibilidade e da fama, trancafiando a experiência da dissidência sexual em uma função capitalista de ordem cultural, portanto hiperfrágil - tendo sua gramática debandado

para o lugar da representatividade, da identidade e principalmente da arte e da cultura. Hoje, *queer* se resume a um campo de extração subjetiva para documentários e séries da Netflix e shows de bandas emergentes. Estrategicamente, prefiro lembrar-me de Marsha P. Johnson² como ponto de ação no tempo, como algo que se acessa e compõe o agora, multiplicando sua força em microatos que atualizem no corpo as suas circunstâncias de vulnerabilidade. No entanto, a radicalidade dessas vidas contra o império cis soa estéril nos dias de hoje, visto que servem (já faz alguns anos isso, acredito não estar me precipitando) apenas como comentário do fluxo cultural.

O quebranto sobre a palavra *queer* lançado pela Instituição, também conecta-se ao contexto salvacionista criado pelo esquerdismo que prometeu (acorrentado) a redenção da singularidade através da conquista do diploma—sua literal saída da lama. No entanto, as compensações pelo fato de sermos corpos em vulnerabilidade oferecidas pela indústria Universidade, retirou os espinhos dos fluxos abismais. Nesse processo de quebranto perdemos os espaços de cumplicidade, de organização radical, do poder de resposta à morte. A qual nesse contexto, não é apenas simbólica, mas material. Um movimento molecular fatal, que apagou o emaranhado de tramas afetivas e coletivas dos corpos monstruosos. Relacionalmente, encontro isso que chamo de “meu corpo” muito visível

2 Documentário sobre a ativista Marsha P. Johnson “A morte e a vida de Marsha P. Johnson”. 2017. Netflix

aos olhos do outro, porém preso em um vazio desesperador.

Quanto mais se confessa sobre o sexo, maior é o controle pulverizado pelo poder sobre as práticas sexuais. Novas identidades, novos territórios de consumo. Toda sociedade que convida-nos a confessar sobre "qual sexualidade é a sua", impõe um controle sobre o corpo. E isso o comentário *queer* faz muito bem, dando ao *socius* uma imagem limitada do que poderíamos ser, ou somos. Tudo porque revelar o sexo é altamente lucrativo ao capital, por mais subversivo que ele seja.

O que pretende aqueles que necessitam de uma inscrição inteligível do desejo no *socius*? Não seria esse um espaço para fugir ou fissurar ao invés de buscarmos pertencimento a mesmo? A essa altura, esquece-se que a clandestinidade do desejo pode traçar linhas de força muito relevantes, inclusive para segurança de nossos corpos.

A atual crítica *anti-colonial* que se debruça em questionar a Teoria Queer nos Trópicos, esquece-se de alguns detalhes, primeiramente de que uma descolonização *pós queer* não se modifica apenas na troca de uma palavra inglesa por outra menos norte americanizada (*queer* por *kuir*) mas sim na *destruição* do enunciado progressista que reciclou e ainda recicla a potência anti-humana da *pulsão de morte* intrínseca as formas de vida não filiadas ao contrato heterossexual, o qual devolve-as como formas subjetivas já derrotadas. E em segundo lugar, que o marco interpretativo da

cidadania universal pelos quais as razões da “liberação sexual” via Estado tentam abarcar as lutas, não apenas lgbtq como também feministas, são as próprias forças de captura colonial.

Profilaxistas, os bons professores *queers* brasileiros e também alguns ativistas famosos fizeram o trabalho de capitães do mato, capturando a animalidade da experiência abjeta para afirmar um fantasma dissidente atenuado de suas doenças e precavido em sua potência perversa. Como desfazer esse feito bolado pela elite azul acadêmica, onde sua localização histórica não cessa de trabalhar em um *continuum* alinhamento com o extrativismo subjetivo e com a coerção luminosa pela fama?

Toda concessão tem um custo sobre a vida, assim como toda força de colapso reserva em si uma dose gostosa de conspiração. Entre essas duas coisas, não se pode negar que a primeira é mais fácil, visto que não há nada para construir, apenas adentramos num jogo que já está aí por centenas de anos dando suas regras. Porém, tornar maior ainda a força do colapso, requer intuir sobre a vida crua, quais formas flertam na escuridão com a surdina do mundo. Retirando daí, a violência necessária para fazer pesar sobre esse mesmo mundo as existências criminosas.

Será fabuloso.

Colocando o pé no acelerador: rumo ao fim do futuro reprodutivista

“Será poderos# quem conseguir dançar nas sombras e souber tecer relações próximas entre a sua própria força vital e outras cadeias de forças sempre situadas algures, para lá da superfície do visível.”

Achile Mbembe

A perseguição pela não procriação

O corpo não é apenas investido pela sexualidade, superfície pré discursiva sobre a qual se delineiam os sulcos de um sexo definidor; toma forma, ao contrário, materializa-se a partir de uma *sexo-significação*, produzida pelo próprio discurso. Deste modo, a significação discursiva é indissociável da significação corpórea que produz corpos em relações de inteligibilidade, nas quais nos colocamos nós mesmos, sob o signo do sexo, não de uma Física mas de uma *lógica do sexo*. O sexo, portanto, é incorporação, criação de corpos sexuados inseridos em uma ordem *sócio-histórica-libidinal*, definida através de suas práticas discursivas, *exclusivamente normativas*. *A noção de sexo biológico tem valor e importância apenas ao projeto de Humanidade.*

O “sexo como algo natural”, o “instinto materno” e a própria heterossexualidade, entre outros essencialismos, operam como reguladores de existências que fincam sempre uma dimensão *real-libidinal*. Mas ao mesmo tempo, não passam de ilusão reguladora, construída e repetida para

manter sua própria Instituição espectral, no caso, a perpetuação do Humano (de um tipo específico de humano), e com o mesmo a exclusão de tudo aquilo que não se encaixa a partir desse axioma.

Há tantos modos de apreender as sexualidades, os gêneros, e os corpos como há também maneiras várias de tornar inviável o controle e a classificação de tudo isso pelo espectro do **Sexo Normal** para o **Futuro**. A sensibilidade política do inframundo da *contrassexualidade*, por exemplo, possui um gesto anti-heróico estupendo nesse quesito, e que de modo espontâneo fode com a continuidade da dimensão *real-libidinal-moral* da modernidade: o glamour e a alegria de uma vida sem filhos/as. No entanto, essa mesma sensibilidade calha com um problema geral da própria modernidade: a fertilidade³. Pois na medida em que o fluxo capitalista se intensifica, a diminuição da fertilidade aumenta. Metrópoles em constante expansão, uso de pesticidas, alimentação tóxica, cânceres de todos os tipos e autoestima delirante, são apenas algumas das maneiras de morrer demograficamente, desabando assim por dentro a ordem global.

³ Um dos poucos estudos no Brasil sobre o assunto foi feito recentemente pela bióloga Anne Ropelle em sua dissertação mestrado na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ela conta que o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM) da universidade realiza exames de espermograma desde 1989. Das 33.944 amostras registradas entre 1989 e 2016, ela analisou 18.902. Anne dividiu os exames em cinco períodos de tempo e analisou os principais parâmetros que medem a qualidade do sêmen: concentração (quantidade de espermatozoides na amostra), motilidade progressiva (capacidade de movimentação, importante para o encontro com o óvulo e a fertilização) e morfologia (sua forma). “*Notamos uma queda significativa em todos eles*”, ela afirma. A concentração seminal, por exemplo, caiu de 86,4 milhões de espermatozoides por mililitro (ml) no período de 1989 a 1995 para 48,32 milhões/ml entre 2011-2016. A porcentagem com boa motilidade baixou de 47,6% para 35,9%, e o índice dos que tinham formas normais reduziu-se de 37,1% para 3,7%.
Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/05/semem-ameaca-reproducao-humana.html>

A Liga do Sexo Normal para o Futuro (LSNF), já se deu conta de toda essa trama, principalmente do acelerado desencantamento de uma vida construída a partir dos velhos elos de ligação consanguíneos. Sendo assim, a mesma impõe sobre o real a sua versão do mundo, perseguindo todas as formas de vida não filiadas ao contrato do nascimento, ao contrato da heterossexualidade como módulo operatório do capitalismo. Caberia pensar estrategicamente, como fazer da coincidência entre o fim do ideal moderno por si mesmo e o desmanche da continuidade do humano através do hedonismo radical da contrassexualidade, o *leitmotiv* para o disparo de uma política concreta que desmonte a maquinaria de reprodução humana.

Estamos ainda em 2017, e o Brasil vive nesse momento a intensificação de um poder paralelo Teocrático de tendência evangélica agindo dentro do próprio governo. Nada disso é novo, pois até mesmo uma presidenta de esquerda, teve a obrigação de comparecer à inauguração do maior templo evangélico da América Latina, o Templo de Salomão. Não é novo também que estamos sendo perseguidos por séculos devido a nossas práticas de vida, e obviamente o feminismo junto aos corpos biopoliticamente mulheres ou homens trangêneros são um dos alvos centrais. Somos inevitáveis como ameaça ao projeto de futuro e perigo real à moral porque empiricamente negamos desde já o futuro, tanto *no como* vivemos a sexualidade *como quando* exigimos que as práticas abortivas sejam retiradas da proibição estatal.

Seria o distópico *O conto da Aia* de Margaret Atwood⁴, apenas uma versão exagerada do que inicialmente estamos vivendo? No livro, a personagem central demora muito tempo para perceber as mudanças que no contexto vão ganhando cada vez mais intensidade (uma subjetividade do “*tanto faz*”) onde uma extrema direita pós-conciliatória e neurótica com a crise de infertilidade que assola o mundo, aos poucos chega ao poder central impondo medidas de total controle sobre a vida das mulheres. Mas a realidade já vem superando a ficção faz um tempo. A situação piora quando olhamos para casos como a Chechênia, ou algumas partes do Oriente Médio, como no Egito, onde homossexuais são enforcados a luz do dia ou em espaços públicos. E não precisamos ir muito longe quando no Brasil o *travestício* parece não levantar para o “combate” nem sequer a própria comunidade lgbtq. Ao morrermos, nosso sangue, tanto na ditadura como na democracia, só adentra aos cálculos estatísticos de um mundo onde a relação com a morte perdeu importância.

A maquinaria de reprodução humana está impregnada nos dispositivos de poder, aqueles que de fato regulam quem, como e quando deve-se nascer ou morrer. Lá estão eles, mas num lapso de segundo suas decisões bloqueiam a vida coletiva, o feto e a circulação. A diminuição discursiva

4 *O Conto da Aia* (1984), M. Atwood cria uma distopia que se passa no norte dos EUA num futuro perturbadoramente próximo. Após um golpe teocrático, aparentemente motivado por uma crise de infertilidade, a sociedade estadunidense se reorganiza a partir dos princípios puritanos do século XVII, tornando-se a República de Gilead. A narrativa acompanha Offred, uma das chamadas Aias, mulheres forçadas a engravidar de funcionários do alto escalão do governo cujas esposas estão impossibilitadas de procriar.

na luta pela legalização ou difusão do aborto nos últimos anos calha muito bem com o ilusionismo tanto do essencialismo binário como do progressismo da esquerda no poder. Os movimentos feministas ou lgbtq's satisfeitos estão com o realocamento imagético das singularidades marginais até os centros de poder, sejam eles quais forem. Esse jogo é um duplo, pois ao mesmo tempo que proporcionam melhorias concretas a algumas pessoas, cria-se de modo *otimista* a miragem que tais feitos estão sendo totalizados sobre o real, sobre o outro. No entanto, essa transcendência típica das leis e do Estado de Direito nunca deram conta da multiplicidade do real, assim como seu dispêndio de possíveis. Atacar o realocamento imagético da singularidade é fazer emergir os corpos retirados de circulação pela transcendência da representação e sua violência inerente. Afinal, não estamos todos/as nesse topo tomando champanhe, pois somos muitos/as e não cabemos nesse espaço *eternamente* tão pequeno. A injustiça contra as dissidências sexuais ou não, é imanente e a igualdade apenas um entrave em perceber tal afirmação.

Ao escrever esse texto, leio paralelamente a notícia de mais um projeto de Lei que pretende acabar definitivamente com qualquer possibilidade de prática abortiva no Brasil, inclusive em casos de estupros. É *e-vidente* que medidas como essa fecharão o cerco nos próximos anos para corpos heterogêneos em processos de fim da modernidade, seja pelo ventre ou pelo ânus.

O projeto de defesa do futuro através da imposição do nascimento é a

proteção *ad infinitum* da modernidade colonialista. No entanto, isso pode desembocar em uma sensibilidade inédita: se aí o mesmo ficará por muito tempo, isso quer dizer que é preciso distanciar-se da *fala* que relativiza o ataque e prolifera a noção de igualdade política, inclusão e representação. Os ataques não cessarão, e intimamente a maioria de nós presente isso. A assimetria do mundo é a própria intimidade da política. Tendo o múltiplo como o seu peso destruidor, é preciso abraçá-la. A perseguição não pode ser amenizada em argumentos que esvaziam a presença no agora de todos os mortos até o momento em nome da *imposição do futuro*. Muitos dirão que está tudo bem, impedindo, desde uma privilegiada posição de felicidade, qualquer conspiração diabólica.

Ética intempestiva do não-lugar

Em *O grito de Antígona*, Judith Butler se dispõe a reescrever o passado de Antígona para resgatá-la da tumba na qual foi enterrada viva, e enterrada viva não apenas por Creonte, mas também como sugere Butler, por leitores que incluem Hegel e Lacan. Condenada sempre por atravessar em vida a fronteira entre a vida e a morte, por ir mais além do espaço de *reconhecimento e viabilidade social*, Antígona⁵ figura para Judith Butler

5 Antígona é a terceira peça das Tragédias Gregas de Sófocles. Antígona é filha de Édipo e irmã de Etéocles e Polinices, os quais mataram-se mutuamente pela disputa pelo trono de Tebas. Creonte, ao subir ao poder, estipula que o corpo de Etéocles receberia a cerimônia digna aos mortos e aos deuses. Já Polinices teria seu corpo largado a esmo, sem o direito de ser sepultado e deixado para que as aves de rapina e os cães o dilacerassem. Creonte entendia que isso serviria de exemplo para todos os que pretendessem intentar contra o governo de Tebas. Antígona não aceita as condições dadas ao corpo de Polinices, mesmo que isso envolva a sua morte. Antígona

“o desejo inabitável que a habita”. Antígona então vem a alegorizar a tensão contínua de uma *catacrese* que a move mais além da inteligibilidade, e desta maneira, até novas formas de relação social, ou inclusive, como Butler escreve *esperançada*, até um novo campo do humano, atingido através de um *não lugar* na política. E que no caso de Antígona ocorreu quando o humano corporificou aquilo que não era humano, quando o menos humano fala como humano, quando o gênero é desligado, e o parentesco se funde em suas próprias leis fundadoras. Desse modo, Antígona na visão de Butler, lança seu grito em nome de todos aqueles em que as leis de parentesco condenam, o que ela descreve como a “*morte social*”.

Em seu livro *No Future*, Lee Edelman propõe o término *queerness* como o lugar daqueles e daquelas que não lutam pelo “*the child*” (a criança, menino ou menina em inglês), o lugar da abjeção expressada no estigma de ter um *tipo de desejo* que pode ser lido através da experiência da autodestruição, como *pulsão de morte*, uma *linha de fuga* que tenha a *negatividade* inadmissível, as vezes fatal, como resistência a heterossexualidade como regime político (Monique Witting), a qual postula a uma boa consciência social em torno do fato de ser mãe ou pai, amar crianças e *deixar de viver* em nome da infância. *Queerness* então, como conceito, ativa o rechaço à insistência na esperança, como afirmação

levanta-se então contra as leis e de modo insubmisso tenta dar ao corpo de seu irmão o mínimo de sepultamento. Então é condenada a morte.

que impede o registro do impensável até torná-lo invivível, do humano até torná-lo aberrante. Um lugar onde as introjeções semióticas do Estado não estejam encarnadas dentro dos corpos, um lugar sem proposta, irreduzivelmente atípico, singular e autônomo, no sentido de Antígona.

Como tramar linhas de *devir-monstra*⁶ criando desvios e ataques que apagam as noções de bem comum ou boa consciência dos seres de direitos, portanto daquilo e daqueles que edificam-se como Humanos, de posição vitalista apenas para seus iguais?

Antígona, pode ser uma figura importante a partir da qual podemos pensar microações e acontecimentos vitalistas mais destrutivos que incendiam a chama de uma insurreição e desestabiliza o poder, reintegrando o poder do desejo singular que afeta os mandatos da ordem inteligível dominante e sua masculinidade hegemônica patriarcal, Estado e Creon. Antígona ao ir contra a Lei que impedira que seu irmão fosse enterrado após ter sido assassinado por Creon, mesmo sabendo que seria morta pela mesma, corporifica a figura que age contra a cidadania ideal, a qual outorga direitos ao futuro e que deve sempre ser preservado pela lei, a mesma que decide que os corpos que se opõem ao seu regime devem morrer ou ser jogados ao ostracismo da inexistência, porque seus desejos são anti-humanos, portanto desobedientes.

A vida como medida de todas as coisas e a qualquer preço, produzirá

6 Esse texto teve sua primeira versão apresentada na MONSTRA (Mostra Nordestina de Sexualidades, Travestilidades e Resistência no Audiovisual) 01 de Abril de 2017, na Casa Frasca em Porto Alegre, Brasil.

sempre uma *anti-vida* a qual *e-videntemente* as linhas de *devir-monstra* (não me refiro a “corpos monstros”, individuados e visíveis, mas a pactos com forças aberrantes que agem com os corpos concretamente) podem *negativamente* estar atentas. Intuo que o *não-lugar* recupera a intensidade gritante da fúria, que é a própria existência do vitalismo e da finitude numa só vez, já ofuscada pelo excesso de *luz*.

O futuro como algo de crianças: apostas

Mesmo diante as catástrofes mais desastrosas como Chernobyl, Fukushima, ou Mariana, (entre tantas outras) a humanidade não para de reproduzir. Mesmo com a explosão demográfica incessantemente em crescimento marcando assim a modernidade no seu auge, sendo a terra o alvo das monoculturas de toda espécie, da extração de petróleo e da produção sem freio de bilhões de lixo doméstico diariamente, a humanidade não deixa de produzir em todos os sentidos. O *Antropoceno* como projeto que marca a presença desastrosa do *humano na terra não assusta a ninguém* (será?) Concomitantemente a toda essa produção em excesso tanto de pessoas como de bens materiais, o Estado não cessa de operar libidinalmente o desejo de completude identitária heteronormativa: ter filhos/as. Não é a toa que as políticas anti-aborto crescem a cada dia em diversas partes do planeta, e ao mesmo tempo os projetos genéticos para conservação da consciência se proliferam na mesma rapidez.

A criança que nasce, encarna o *telos* da ordem social heteronormal, perspectiva de futuro da raça humana, mais valiosa que qualquer desejo, superior a qualquer outro existente. A biopolítica do crescimento tem como fantasia subjacente a imagem da Criança, moldando invariavelmente a lógica com a qual o político mesmo deve ser pensando. Eis a sede por futuro, eis a sede por reprodução. A Criança aparece como emblema de valor inquestionável do futurismo, impondo um mundo impossível de ser minimamente oposto pelas subjetividades contrassexuais, ou por propostas políticas que visem estacionar o barco reprodutivo.

Dentro desta hegemonia é fundamental elaborar uma política de Greve de Human#s, dado que na reprodução humana do “sujeito” heterossexual da metrópole em ruínas, esta contida a verdade, o caminho e a vida até o Hétero Mundo da Produção. *Destruir a noção de infância solidária propiciada pelo liberalismo absoluto, como pretendia Shulamith Firestone, através de uma articulação de múltiplas discursividades abortistas e abortivas com e desde os fluxos das dissidências sexuais é uma aposta.* E talvez, seja o momento de não temer mais o peso moral que isso evoca. A reprodução positiva, portanto futurista é questão crucial para dismantelar a necropolítica que nos impõe a morte.

As sexualidades e as formas de vida estigmatizadas por falhar aos mandatos heteronormativos reprodutivistas futuristas dissolvem o contrato social, posto que são o *excedente* inarticulado que desmonta o sujeito, pura *negatividade* oposta as formas da viabilidade social que toda união sexo

afetiva homem-mulher ostenta como uma medalha de ouro olímpica do desejo de ser submetido. *A insistência em ocasionar distúrbios e ofender a ordem social, acabando com o trabalho obrigatório da cultura heteronormativa da reprodução e seu mandato de escolha, pode ser uma aposta também.*

Carla Lonzi, feminista e crítica de arte italiana (1931- 1982) durante os anos 1970, esteve integrada no polimorfismo da Autonomia Italiana, fulminando no feminismo da época importantes conceitos como o de GREVE HUMANA. "*Não seremos mães, esposas ou filhas: destruamos a família!*", era o grito ouvido nas ruas de uma Itália literalmente imersa nas chamas da insurreição. As pessoas exigiam direitos ao estado mas afirmavam uma estranheza em relação ao estado do mundo, uma afirmação que se fazia escutar. Ninguém queria ser incluído ou discriminado num novo paradigma. Tais fluxos feministas na Itália de 77, abarcaram tanto mulheres cis como pessoas trans, homossexuais e lésbicas, dando corpo as manifestações daquilo que se chamou no contexto de greve humana. Essa é a ponte no tempo, onde o feminismo quiça tenha levado à sua máxima, a intuição parresiástica de Beauvoir: *a liberdade começa pelo ventre.*

Citando um livro amaldiçoado no Brasil, a Greve Humana responde a pergunta de *como fazer?* Pergunta de ordem ética, em uma época em a que os limites entre o trabalho e a vida acabam por difundir-se por completo. *Foucault para encapuchadas* lança perguntas, e uma delas é: onde estaria o mundo cuja afirmação não é a união das coisas a partir da única forma

societária permitida, posto que é a mais classicamente controlável, o trabalho? Parar a maquinaria de produção humana, dando continuidade a citação, seria a *fissura* do hétero-império, o qual é o gestor, digestor, e o que reintegra e defeca tudo o que vive, existe e é potente. Inclusive “*o que eu sou*”, a subjetividade que não desminto *hic et nunc*, pois tudo é produtivo, tudo é produzido, tudo é comercializável. Longe de apontar uma matriz única do problema, *Foucault para encapuchadas* (escrito que parece reunir as lobas mais ferozes da escuridão crítica do feminismo) intui que o *Como fazer* é uma questão técnica, que requer um artesanato *luddita*, o qual possa tecer novos processos de subjetivação, que invente novas-formas-de-vida, um outro *como*. A Greve Humana é a resposta ao sujeito obreiro viril e machulento da revolução porque nunca ataca as relações de produção sem atacar, ao mesmo tempo, as relações afetivas que as sustentam. Como lembra o turvo materialismo de Silvia Federici, “o que chamam de amor, eu digo que é trabalho mal remunerado⁷”.

A greve humana supõe sacudir as familiaridades heterossexualizantes, a arte de frequentar em si mesmo ao hospede mais inquietante (nosso Mr. Hyde, nossa Mistíca)⁸
A greve humana supõe incitar os dispositivos para conduzir os corpos massacrados pelo hétero-império a presença, a amizade política. Como fazer? Apagar as denominações “masculino” e “feminino” segundo estão conforme as

7 Fonte: <https://comunitariapress.wordpress.com/2015/04/21/el-patriarcado-del-salario-lo-que-llaman-amor-nosotras-lo-llamamos-trabajo-no-pagado/>

8 Personagem da HQ X-men

categorias de designação biopolítica “homem/mulher”. Os códigos da masculinidade são suscetíveis de abrir-se para que operemos sobre eles em uma sorte de *gender hacking perfo-protésica-lexical* mediante a utilização de jogos linguísticos que escapem as marcas de gênero, ou que ao menos as alterem: proliferar até o absurdo as anomalias psicosexuais. A colocada em cena de práticas subversivas de recitação dos códigos de masculinidade e feminilidade através da exploração e experimentação das subversões *sexogênero* conseguem desestabilizar as categorias heterossexuais do binômio. A renúncia a manter relações sexuais naturalizantes heteronormais habilita a resignificação e desconstrução da centralidade do pênis e critica as categorias de “órgãos sexuais” (qualquer parte do corpo ou objeto pode *devir* brincadeira sexual): desgenitalizar a sexualidade (nada mais sexy que dormir um cochilo juntas abraçadas), separar o uso dos prazeres das formas de reprodução humana (da qual também abdicamos por várias temporadas), explorar e experimentar outros usos dos prazeres (por exemplo, nas práticas de jogos de poder consensuais). A abolição da prática da sexualidade em casal, mediante práticas de prazer em grupo com afins sexoafetivos ressignifica o corpo como barricada de insubordinação política, de desobediência sexual, de desterritorialização da sexualidade heteronormativa, seus regimes disciplinares naturalizados e suas formas de subjetivação para a subsequente criação de espaços de afinidade anti-gênero e anti-humanos: destruir até os cimentos a heterossexualidade como regime político. Esse é nosso destino. (Foucault para encapuchadas).

O peso dos enunciados biologizantes sobre a camada civilizatória, difundido pelos sistemas de leis proibicionistas, tanto democráticos como religiosos, formam uma confusa cena de proteção a vida, mesmo que paradoxalmente isso invista em uma subjetividade que se autodestrói ao expandir-se. No entanto, fica uma questão, quais Crianças interessam à preservação do Mundo como se conhece, portanto do mundo como Entendimento, visto que as únicas *formas* aceitáveis estão *reificadas* através do gênero binário, da cor branca e da inquestionável funcionalidade material do corpo no capitalismo?

A distópica fábrica cognitiva de existências sanas

“No livre mercado o mercado é livre, você não.”

Max Stiner

O *télos* da ordem social tanto do presente quanto do futuro (já capturado) seleciona quais corpos podem lhe servir. Para alguns e algumas a exploração difusa, a outros e outras a Promessa de Futuro conquistada pela exploração incessante de corpos destinados a subserviência material e subjetiva. O *plano relacional* no qual nos encontramos faz com que qualquer destaque produtivo no sistema capitalista – o cultural não está exímio disso – ser um privilégio conquistado sempre às custas de alguém, de um corpo *tecnoconectado* por sua singularidade as tramas do sistema de

exploração. O progresso como projeto da modernidade colonial não cessa tal seleção. Sendo assim, apenas algumas Crianças portam desde o agora o Futuro como sua propriedade. É contra essa axiomática que pode-se entrar em erupção uma possível luta desejanste para destruição da noção de futuro inscrita no mundo pelas *existências sanas*, a qual só foi possível através da Terra que exploram e da enorme camada de corpos subservientes.

O capitalismo global é um mecanismo que garante a expropriação do valor absoluto produzido pela capacidade produtiva da terra e do trabalho precarizado do mundo. É acumulando materialidades difusas só possíveis pelo trabalho dos imigrantes, negros e negras, pessoas de cor, mestiços, e da busca pela aniquilação total do não-humano que o fluxo desterritorializado do capitalismo seleciona quem merece o desfrute de uma vida isolada de suas consequências e conexões mortíferas. Sendo assim, a Promessa de Futuro instaura no presente, somada a perseguição das dissidências sexuais não reprodutoras, a retirada de circulação de toda camada de corpos subservientes, seja pelo trabalho como moral fundadora da vida ou pelos mecanismos de controle e violência, como é o caso do sistema prisional. Toda prisão nesse caso, cumpre uma função de matar aos poucos aqueles e aquelas, em sua maioria negros e negras e pessoas de cor, despossuídos existencialmente do escopo que funda sobre o mundo um Futuro. Apenas as vidas que procriam e que podem *fazer nascer*, produzindo materialidades difusas sob a livre circulação semiótica, estão a salvo no imperioso bloco de sentido do *realismo capitalista*.

No iminente colapso colonial em curso, muitas e muitos de nós agora nesse exato momento, estão presos e presas. A luta pela *visibilidade* às esconde, sempre as esconderá. Porque ser reconhecido implica mais que tudo em investir em um corpo inteligível que funcione de acordo com as estratégias mercantis do processo de englobamento capitalístico. Se de alguma maneira podemos produzir, logo podemos, mesmo que subalternamente, ocupar um lugar nessa produção. Os presos e presas são o dedo podre da Luta por Direitos, intragáveis pelo mais bondoso político lgbtq, pela privilegiada esquerda culturalista, ou pela juventude militante da universidade. Isso porque a visibilidade é estritamente mercadológica, exigindo abaixo a sua luz que todos correspondam a um ideal subjetivo de diferença produtora de sentido *funcional*. Ao performamos uma política de inclusão e de organização do *socius* partindo de estratégias exclusivamente pautadas na visibilidade, concomitantemente negamos todos os corpos que não produzem à luz do dia uma narrativa passiva com o capitalismo.

Nos últimos quinze anos no Brasil, falar em *abolicionismo penal* tornou-se uma raridade. No entanto, a construção de complexos prisionais assim como medidas de extermínio às comunidades dissonantes do futuro planejado nunca cessaram, sendo sempre legitimadas pela defesa explícita da propriedade privada. Essa perversa violência, operada pelo esquecimento literal das existências que não importam à produção acelerada de *vidas sanas*, nada mais é que a interiorização molecular do progresso, via uma noção de *singularidade famosa* compreendida como

luta política. Nos últimos anos o neoliberalismo abarcou todas as lutas radicais de oposição ao mesmo. O anti-racismo assim como o feminismo, foram reduzidos a estilos no interior do *mainstream* repetindo gestos de rebelião como se fossem a primeira vez. Essa formatação prévia do *desejo político* através do fluxo capitalístico, aniquila não apenas a *e-vidência* de um futuro abolitivo (pois paralelo a tal captura as leis de criminalização, portanto pela extensão do sistema prisional, estão a todo vapor) como também impõe sobre o presente o desmantelamento da capacidade em imaginar rebeliões, concretamente falando, em todas as esferas da vida.

A complacência com essa distópica fábrica do capacitismo global, portanto de uma sanidade produtora de novos Humanos, sem nenhuma falha, é também uma valorização da *juventude* (categoria excludente, porque sempre esta acompanhada de um valor produtivo intrínseco ao corpo) apenas se inicia. A Islândia por exemplo, tem se orgulhado do fato que no ano de 2017, ter sido o país que erradicou o nascimento de crianças com Down. O detalhe é que o aborto é legalizado desde 1975 na Islândia. *Que nó político isso causa nas lutas pelo direito ao aborto, e até mesmo nas apostas especulativas levantadas até agora contra o nascimento?*

Impuras e mutantes (fechamento abrupto)

Ódio: Desejar a suspensão do mundo. Odiá-lo. Façamos com que o mundo inteiro se deteriore, assim poderemos pensar o presente em qualquer sentido significativo. Mas deixemos marcado que a suspensão do mundo não é uma caça na busca de suas condições de reprodução ou uma meditativa “rapsódia de sensações”. É o próprio pensamento que trata o mundo como se houvesse sido golpeado por uma catástrofe, em que os melhores amigos que ficam são as suas próprias ideias. Isso não seria um filme de desastre, cujas ambições desejam nos ensinar quais são os caminhos essenciais para sobreviver. Desse modo, converte-se o pensamento em uma máquina de guerra, encontra-se quiça uma *política do fim*.

Mutar-se requer uma violência: um edifício de famílias interligadas pelo consanguíneo forma o mito existencial que recorre ao universal para conceber uma ligadura nas subjetividades que já estão aí. Para esses territórios existenciais todas as possibilidades de criação e até mesmo de destruição, se resumem a objetos discursivos ou afectivos já presentes no espaço e no tempo, onde as categorias ontológicas correspondem harmonicamente a norma existencial, e quando tensionadas apenas se ajustam com o que de longe já conhecem. Os laços de sangue pouco importam. Destruí-los até proliferar o apoio além para do parentesco. A

pureza é o ópio da comunidade dos diferentes. Dona Haraway propõem “*Faça Parentes, Não Bebês!*”⁹. Porque é tão difícil construir uma política para além do laço consanguíneo? Morreremos todos/as clamando por aquilo que é igual a nós mesmos. Seriam as apostas *multiespecistas* ou *multinaturalistas* fortes o suficiente para destruir os “laços de sangue” do Humano, podendo o “corpo” com todo o seu peso, perder-se na imensa molécula gigante que é aquilo que nomeamos de Terra?

Destruir a imagem que fizeram desse amontoado de carne: “Sou um homem”, “sou uma mulher”, “sou heterossexual”, “sou homossexual” são estados subjetivos possibilitados pela ficção somaticopolítica do gênero, do controle dos fluxos de gênero que nos são oferecidos, das tecnologias que domesticam nossos corpos: farmacopolíticas. As tecnologias de gênero desenvolvem um saber interior, percepções sensoriais que tomam a forma de afetos, desejos, identidades etc., produzem um “eu” sexual consciente (“sou...”). Não interessa tomar o poder constituído, mas rachar no corpo as clássicas ordens pensadas no passado.

Para além da separabilidade, me deparo com o estranho: Acredito que apenas o fim do mundo como conhecemos poderá proliferar uma espécie mutação além da subjetividade, do ordenamento e da localização. E para isso é preciso abraçar a especulação imaginativa acerca do futuro – o que Kant postula como inferior ao Entendimento. A noção de diferença cultural sustenta um discurso moral baseado no princípio de

9 *Make kin not babes.*

separabilidade. Onde o real é composto por partes distintas e autônomas, separadas geograficamente. A separabilidade é a ideia de que tudo o que pode ser conhecido sobre as coisas do mundo está compreendido pelas formas espaço e tempo da intuição, onde as categorias do Entendimento (quantidade, qualidade, relação, modalidade) não “reconhecem” o que transborda isso, portanto, não havendo então aí, relevância para o desconhecido. O plano, a superfície, serão sempre emaranhados de tudo que compõe aquilo que chamamos de mundo, de Coisas animadas e inanimadas. Em ambos, os corpos (*ser*) e não corpos (*extra-ser*) agem sobre as redes do inconsciente do “humano”. O que não quer dizer que essa ação seja uma *ação com*, mas simplesmente uma ação. É preciso saber que ao interagir com o estranho a nós, não implicaria a reafirmação do Ser-Humano, mas na anulação do mesmo.

Ali do Espírito Santo de Oliveira é pesquisador independente, performer e ensaísta. Graduou-se em Artes Visuais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SABÁ EDIÇÕES.2018